



## **Demonstrações financeiras**

### **Interligação Elétrica Evrecy S.A.**

31 de dezembro de 2020

Com Relatório do Auditor Independente

## ÍNDICE

Relatório da administração .....	3
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional.....	11
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	12
3. Principais práticas contábeis.....	15
4. Normas e interpretações novas e revisadas.....	21
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	22
6. Aplicações financeiras.....	22
7. Ativo da concessão.....	23
8. Imobilizado.....	24
9. Tributos e encargos sociais a recolher.....	25
10. Encargos regulatórios a recolher.....	25
11. PIS e COFINS diferidos.....	26
12. Patrimônio líquido.....	26
13. Receita operacional líquida.....	28
14. Custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas.....	30
15. Resultado financeiro.....	30
16. Imposto de renda e contribuição social.....	31
17. Transações com partes relacionadas.....	32
18. Instrumentos financeiros.....	33
19. Seguros.....	34
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.....	35

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Relatório da administração

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### Análise do resultado do exercício de 2020 em comparação com exercício de 2019:

O exercício de 2020 apresentou um lucro líquido de R\$5.668, comparado com o ano anterior no montante de R\$4.205.

A **receita operacional líquida** aumentou em 213,6% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

	<u>2020</u>	<u>A.V.</u> <u>%</u>	<u>2019</u>	<u>A.V.</u> <u>%</u>	<u>Varição</u> <u>2020/2019</u> <u>%</u>
Receita de infraestrutura	7.716	34,6	-	-	7.716
Operação e manutenção	4.381	19,6	2.565	36,0	70,8
Remuneração dos ativos de concessão	10.963	49,1	4.937	69,4	122,1
Arrendamento e aluguéis	433	1,9	304	4,3	42,4
Tributos sobre a receita	(816)	(3,7)	(242)	(3,1)	(237,2)
Encargos Regulatórios	<u>(357)</u>	<u>(1,6)</u>	<u>(446)</u>	<u>(5,7)</u>	<u>20,0</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>22.320</u></b>		<b><u>7.118</u></b>		<b><u>213,6</u></b>

- (i) A **receita de infraestrutura** apresentou em 2020 R\$7.716. Esta receita é reconhecida considerando os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. No ano de 2020 houve investimentos no projeto Minuano (contrato 001/2020) em fase pré-operacional e reconhecimento da margem de construção conforme revisão das premissas contábeis
- (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$4.381 em 2020, comparada com R\$2.565 em 2019, explicada principalmente pela antecipação dos superávits e variação da parcela de ajuste do ciclo tarifário no montante de R\$1.402.
- (iii) A **remuneração dos ativos da concessão** somou R\$10.963 em 2020 e R\$4.937 em 2019, explicada principalmente: (i) R\$83 referente a atualização do ativo da concessão devido revisão da taxa implícita de cada contrato de concessão, e (ii) R\$5.943 pela atualização do IGPM mensal.
- (iv) As **receitas de aluguéis** totalizaram R\$433 em 2020 e R\$304 em 2019, basicamente pela atualização dos arrendamentos.
- (i) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$1.173 em 2019 comparado com R\$688 em 2019, que acompanham a variação da receita bruta.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Relatório da administração

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizaram R\$14.964 em 2020 frente aos R\$1.721 em 2019, com concentração em serviços de terceiros. Os custos de implementação da infraestrutura representam os investimentos efetuados nas obras em andamento no período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. Em 2020 totalizaram R\$6.038 devido ao início das obras no projeto Minuano.

	<b>Custos de implementação da infraestrutura e O&amp;M</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Serviços de terceiros	(9.016)	(1.351)
Materiais	(981)	(64)
Arrendamentos e Aluguéis	(373)	(277)
Outros	(4.594)	(29)
	<b>(14.964)</b>	<b>(1.721)</b>

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R\$921 em 2020 comparada com R\$1.097 em 2019, variação explicada, principalmente, por maiores gastos, em 2019, com serviços de comunicação e telefonia;

O **resultado financeiro** teve redução totalizando receita de R\$87 em 2020 comparado a R\$204 em 2019, devido principalmente a redução de rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas com **imposto de renda e a contribuição social** totalizaram com R\$854 em 2020 comparado com R\$299 em 2019.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	88	142
Aplicações financeiras	6	813	3.274
Ativo da concessão	7	9.677	8.027
Estoques		174	60
Tributos e contribuições a compensar		2	5
Outros		250	12
		<b>11.004</b>	<b>11.520</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Ativo da concessão	7	51.617	42.698
Estoques		379	346
Cauções e depósitos vinculados		10	10
Outros		-	122
		<b>52.006</b>	<b>43.176</b>
Imobilizado	8	116	75
Intangível		5	7
		<b>121</b>	<b>82</b>
		<b>52.127</b>	<b>43.258</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>63.131</b>	<b>54.778</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante</b>			
Arrendamento		11	70
Fornecedores		892	195
Tributos e encargos sociais a recolher	9	181	134
Encargos regulatórios a recolher	10	51	73
Parcela de ajuste – PA		-	1.111
Partes Relacionadas	17	2.415	126
Outros		25	55
		<b>3.575</b>	<b>1.764</b>
<b>Não circulante</b>			
Arrendamento		87	-
PIS e COFINS diferidos	11	2.188	1.812
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 (b)	1.867	1.529
Encargos regulatórios a recolher	10	298	225
		<b>4.440</b>	<b>3.566</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12 (a)	21.512	21.512
Reservas de lucro	12 (c)	33.604	27.936
		<b>55.116</b>	<b>49.448</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>63.131</b>	<b>54.778</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	2020	2019
<b>Receita operacional líquida</b>	13	22.320	7.118
<b>Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção</b>	14	(14.964)	(1.721)
<b>Lucro bruto</b>		<b>7.356</b>	<b>5.397</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas e honorários da administração	14	(921)	(1.097)
		(921)	(1.097)
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b>		<b>6.435</b>	<b>4.300</b>
Receitas financeiras	15	101	228
Despesas financeiras	15	(14)	(24)
		87	204
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>6.522</b>	<b>4.504</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente	16	(517)	(379)
Diferido	16	(337)	80
		(854)	(299)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.668</b>	<b>4.205</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Interligação Elétrica Evrecy S.A.

**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>5.668</u>	<u>4.205</u>
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b><u>5.668</u></b>	<b><u>4.205</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Interligação Elétrica Evrecy S.A.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de dividendos não distribuídos		
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>21.512</b>	<b>2.261</b>	<b>11.061</b>	<b>14.609</b>	-	-	<b>49.443</b>
Lucro líquido do exercício							4.205	4.205
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	12 (b)	-	210	-	-	-	(210)	-
Realização da reserva especial de lucros a realizar	12 (b)	-	-	-	(2.191)	-	2.191	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	12 (b)	-	-	1.986	-	-	(1.986)	-
Dividendos intermediários	12 (b)	-	-	-	-	-	(4.200)	(4.200)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>21.512</b>	<b>2.471</b>	<b>13.047</b>	<b>12.418</b>	-	-	<b>49.448</b>
Lucro líquido do exercício							5.668	5.668
Destinação do lucro:								
Constituição da reserva legal	12 (b)	-	283	-	-	-	(283)	-
Realização da reserva especial de lucros a realizar	12 (b)	-	-	-	(2.191)	-	2.191	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	12 (b)	-	-	6.230	-	-	(6.230)	-
Constituição da reserva de dividendos não distribuídos	12 (b)	-	-	-	-	1.346	(1.346)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>21.512</b>	<b>2.754</b>	<b>19.277</b>	<b>10.227</b>	<b>1.346</b>	-	<b>55.116</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	5.668	4.205
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortizações (nota 14)	66	133
PIS e COFINS diferidos	376	(95)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	337	(80)
Custo residual de ativo imobilizado baixado	1	-
Receita sobre aplicações financeiras	(38)	(83)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	5	12
	<u>6.415</u>	<u>4.092</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo de concessão	(11.680)	1.568
Estoques	(147)	1
Tributos e contribuições a recuperar	3	(3)
Outros	(116)	(75)
	<u>(11.940)</u>	<u>1.491</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	816	(110)
Tributos e encargos sociais a recolher	47	5
Encargos regulatórios a recolher	50	24
Outros	2.140	200
	<u>3.053</u>	<u>119</u>
<b>Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais</b>	<b><u>(2.472)</u></b>	<b><u>5.702</u></b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras	(7.795)	(10.581)
Resgates de aplicações financeiras	10.294	9.178
Aquisição de imobilizado	(9)	-
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento</b>	<b><u>2.490</u></b>	<b><u>(1.403)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos (nota 12 (b))	-	(4.200)
Pagamentos de arrendamentos	(72)	(65)
<b>Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento</b>	<b><u>(72)</u></b>	<b><u>(4.265)</u></b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(54)</u></b>	<b><u>34</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	142	108
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>88</u>	<u>142</u>
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(54)</u></b>	<b><u>34</u></b>

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$443 (R\$314 em 2019).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1. Contexto Operacional

#### 1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Evrecy S.A. (“Companhia”), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada pela CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “Controladora”) brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 3 de Março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou através da Resolução Autorizativa nº 1.823, a transferência de concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. – CESA para a Empresa, regida pelo contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, de 14 de novembro de 2008.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo de Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Entidade com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.300, anuiu a transferência do controle societário direto da Entidade detida pela Energest S.A. para a EDP – Energias do Brasil S.A.

Em 11 de dezembro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.788, anuiu a alteração do controle societário direto da Companhia detida pela EDP - Energias do Brasil S.A. para a Empresa de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, alienação essa realizada e finalizada em 21 de dezembro de 2012.

Em 1 de outubro de 2020 foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Entidade, de sociedade limitada para sociedade por ações por capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do seu contrato social para estatuto social e da sua denominação social de Evrecy Participações Ltda para Interligação Elétrica Evrecy S.A.

#### 1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês base
020/2008	30	17.07.25	4 anos	2025	IGPM	12.775	06/20
001/2020	30	20.03.50	5 anos	2025	IPCA	37.748	RAP ofertada

#### Contrato nº 020/2008

Linhas de Transmissão Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e Subestações Conselheiro Pena (230 kv), Aimorés (230 kv) e Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Contrato de Concessão nº 020/2008, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Interligação Elétrica Evrecy S.A.**

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

### **Contrato nº 001/2020**

Lote arrematado pela Controladora CTEEP no leilão ANEEL nº 02/2019 com contrato assinado em março de 2020 (Projeto Três Lagoas) e agregado à Companhia em função de sinergias operacionais e ou administrativas. Composto pelas linhas de transmissão Caxias Norte – Caxias 6 C1 Caxias Norte - Vinhedos C1 Caxias Norte - Monte Claro, com extensão aproximada de 169 km e subestação Caxias Norte. Em 16 de dezembro de 2020, obteve a Licença Prévia e de Instalação (LPI) Unificadas para a subestação Caxias Norte.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Bases de elaboração e apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 16 de março de 2021.

### **2.2 Declaração de relevância**

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Ofício – Circular CVM 04/2020**

Em 20 de dezembro de 2020 a CVM divulgou Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que orienta quanto a aspectos relevantes do CPC 47 (IFRS 15) e CPC 48 (IFRS 9) para as companhias transmissoras de energia elétrica, abordando principalmente: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (iv) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em consequência do Ofício CVM a Companhia adequou suas práticas contábeis, sendo percebido em 31 de dezembro de 2020, e em comparação com a prática anterior, uma redução no resultado do exercício em função da revisão da taxa implícita e consequente impacto na margem de construção, no valor de R\$3.100. Nenhuma reclassificação ou adequação foi reconhecida para os saldos em 31 de dezembro de 2019.

### 2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 16 (b)).
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 7)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo de concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada

- Determinação da margem de lucro (nota 7)

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de *performance*.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 7)

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 13.1)

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 13.1)

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

## 2.6 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditar as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 4 Principais práticas contábeis

#### 3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### 3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, bem como levam em consideração as orientações do Ofício CVM nº 04/2020 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os efeitos da adequação ao referido Ofício estão descritos na nota 3.7.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de *performance* assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

##### (a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

##### (b) Remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual e é determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa (nota 13.1(b)).

##### (c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços (nota 13.1(a)).

### 3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

#### (a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

#### (b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

##### (i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

##### (ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

##### (iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

### 3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

#### (a) Ativos financeiros

##### (i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados às aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao serviços de O&M (nota 7).

### (ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

### (iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

## (b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

## 3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3.7 Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a

remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

#### (a) Ativo da concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

#### (b) Ativo da concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 7).

O valor do ativo contratual da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

### 3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

### 3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### 3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### 3.11 Arrendamentos

#### A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- *Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### 3.12 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

### 3.13 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### 3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

### 3.15 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

### 3.16 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

### 3.17 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de arrendamentos como atividades de financiamento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros.

## 5 Normas e interpretações novas e revisadas

### (a) Revisadas e Vigentes:

- CPC 15 (R1) – Definições de negócios
- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro
- CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros
- CPC 26 (R1) e (CPC 23) - Definição de omissão material

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

### (b) Revisadas e não vigentes

- CPC 11 – Contratos de Seguros
- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante)

Exceto pelo pronunciamento CPC 11 – Contratos de Seguros, norma ainda não emitida no Brasil, e não aplicável à Companhia, a Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Interligação Elétrica Evrecy S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	88	142
	<u>88</u>	<u>142</u>

#### 7 Aplicações financeiras

	<b>Rentabilidade média acumulada da carteira em 2020 % do CDI</b>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI		80	1.108
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes	98,4%	585	1.095
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI		<u>148</u>	<u>1.071</u>
		<u>813</u>	<u>3.274</u>

A Companhia concentra as suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detêm títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Interligação Elétrica Evreco S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 8 Ativo da concessão

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Ativo financeiro</b>		
Serviços de O&M (a)	1.002	1.068
	<b>1.002</b>	<b>1.068</b>
<b>Ativo contratual</b>		
Implementação da infraestrutura (b)	60.292	49.657
	<b>61.294</b>	<b>50.725</b>
Circulante	<b>9.677</b>	<b>8.027</b>
Não circulante	<b>51.617</b>	<b>42.698</b>

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação e reforços de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

O ativo da concessão está assim distribuído por vencimento:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	61.228	50.657
Vencidos		
até 30 dias	1	1
de 31 a 60 dias	-	4
de 61 a 360 dias	2	2
há mais de 361 dias	63	61
	<b>66</b>	<b>68</b>
	<b>61.294</b>	<b>50.725</b>

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Interligação Elétrica Evrecy S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do ativo da concessão é como segue:

<b>Saldos em 2018</b>	<b><u>52.293</u></b>
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.1)	4.937
Receita de operação e manutenção (nota 13.1)	2.565
Recebimentos	<u>(9.070)</u>
<b>Saldos em 2019</b>	<b><u>50.725</u></b>
Receita de infraestrutura	7.716
Remuneração dos ativos da concessão (nota 13.1)	10.963
Receita de operação e manutenção (nota 13.1)	4.381
Recebimentos	<u>(12.491)</u>
<b>Saldos em 2020</b>	<b><u>61.294</u></b>

## 9 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	<u>2020</u>		<u>2019</u>		<b>Taxas médias anuais de depreciação</b>
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>	<b>-%</b>
Arrendamento em edifícios	107	(11)	96	8	10,61
Arrendamento em veículos	113	(113)	-	55	52,31
Máquinas e equipamentos	10	(1)	9	10	6,25
Móveis e utensílios	1	-	1	1	6,25
Equipamentos de informática	1	-	1	1	16,67
Imobilizado em curso – móveis e utensílios	9	-	9	-	
	<u>241</u>	<u>(125)</u>	<u>116</u>	<u>75</u>	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	<b>Saldos em 2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas/ Transferências</b>	<b>Saldos em 2019</b>
Arrendamento em edifícios	-	15	(7)	-	8
Arrendamento em veículos	-	116	(61)	-	55
Máquinas e equipamentos	-	-	-	10	10
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1
Equipamentos de informática	1	-	-	-	1
Imobilizado em curso – móveis e utensílios	10	-	-	(10)	-
	<u>12</u>	<u>131</u>	<u>(68)</u>	<u>-</u>	<u>75</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Interligação Elétrica Evrecy S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Saldos em 2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas/ Transferências</u>	<u>Saldos em 2020</u>
Arrendamento em edifícios	8	107	(11)	(8)	96
Arrendamento em veículos	55	(2)	(53)	-	-
Máquinas e equipamentos	10	-	-	(1)	9
Móveis e utensílios	1	-	-	-	1
Equipamentos de informática	1	-	-	-	1
Imobilizado em curso – móveis e utensílios	-	9	-	-	9
	<u>75</u>	<u>114</u>	<u>(64)</u>	<u>(9)</u>	<u>116</u>

#### 10 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda	71	58
Contribuição social	43	39
COFINS	32	25
PIS	7	5
Imposto de renda retido na fonte	9	3
Outros	19	4
	<u>181</u>	<u>134</u>

#### 11 Encargos regulatórios a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	349	298
	<u>349</u>	<u>298</u>
Circulante	<u>51</u>	<u>73</u>
Não circulante	<u>298</u>	<u>225</u>

(i) A Companhia reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento –P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 12 PIS e COFINS diferidos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PIS diferido	390	323
COFINS diferido	1.798	1.489
	<u><b>2.188</b></u>	<u><b>1.812</b></u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

### 13 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

Em 1 de outubro de 2020 ocorreu Assembleia para transformação de entidade limitada para Sociedade por Ações, sendo o capital social autorizado e subscrito da Companhia de R\$531.512 dividido em quotas iguais de R\$1,00 para R\$531.512 dividido em ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social integralizado é de R\$21.512.

#### (b) Dividendos

Em 26 de novembro de 2019, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$4.200, correspondente a R\$0,01952 por quota.

O Estatuto Social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido, limitado ao saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.668</b>	<b>4.205</b>
Constituição da reserva legal	(283)	(210)
Realização reserva de lucros a realizar	2.191	2.191
	<u>7.576</u>	<u>6.186</u>
Dividendos intermediários	-	(4.200)
Constituição da reserva de dividendos não distribuídos	(1.346)	
Constituição da reserva de retenção de lucros	(6.230)	(1.986)
	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (c) Reservas de lucro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reserva legal (i)	2.754	2.471
Reserva de retenção de lucros (ii)	19.277	13.047
Reserva de lucros a realizar (iii)	10.227	12.418
Reserva de dividendos não distribuídos (iv)	1.346	-
	<u><b>33.604</b></u>	<u><b>27.936</b></u>

#### (i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

#### (ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido o lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento planejado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

#### (iii) Reserva especial de lucros a realizar

A Reserva especial de lucros a realizar contempla o impacto da adoção inicial do CPC 47. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

#### (iv) Reserva especial de dividendo não distribuído

A Lei 6.404/76, artigo 202 § 5º prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído quando os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. É uma discricionariedade conferida por lei aos administradores com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade, desde que observadas outras condicionantes legais. A parcela dos lucros não distribuída foi destinada à constituição de reserva especial, a fim de subsidiar novos investimentos.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 14 Receita operacional líquida

#### 14.1 Composição da receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Receita bruta</b>		
Implementação da infraestrutura (a) (nota 7)	7.716	-
Operação e Manutenção (a) (nota 7)	4.381	2.565
Receita de remuneração dos ativos da concessão (b) (nota 7)	10.963	4.937
Aluguéis	433	304
<b>Total da receita bruta</b>	<u>23.493</u>	<u>7.806</u>
<b>Tributos sobre a receita</b>		
COFINS	(671)	(43)
PIS	(145)	(199)
	<u>(816)</u>	<u>(242)</u>
<b>Encargos regulatórios</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	(201)	(322)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(116)	(93)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(40)	(31)
	<u>(357)</u>	<u>(446)</u>
	<u><b>22.320</b></u>	<u><b>7.118</b></u>

#### (a) Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

A receita relacionada a obrigação de *performance* de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida à medida que os gastos são incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto. As receitas da obrigação de *performance* dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

#### (b) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita de cada projeto sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores.

#### 14.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da base de remuneração regulatória;
- dos custos operacionais eficientes;
- da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas na nota 1.2:

### 14.3 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

### 14.4 Reajuste anual da receita

Em 14 de julho de 2020, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 2.725, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 30 de junho de 2020 a 30 de junho de 2021, considerando o ciclo conforme a seguir:

índice	RAP Ciclo 19/20			RAP Ciclo 20/21		RAP Ciclo 20/21
	REH 2.565 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	REH 2.725	PA	
IGP-M	12.623	822	-	13.445	(670)	12.775
IPCA	-	-	-	37.748	-	37.748

(\*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2019/2020 R\$ 12.623.

A Receita Regulatória da Companhia, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2019 até 30 de junho de 2020 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica		Demais Instalações de Transmissão – DIT		Total 2020	Total 2019
	Novos investimentos	Parcela de ajuste	Novos investimentos	Parcela de ajuste		
020/2008	11.030	(668)	2.414	(1)	12.775	10.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Interligação Elétrica Evrecy S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 15 Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

			<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal (*)	-	-	-	-
Serviços	(9.016)	(830)	(9.846)	(2.256)
Depreciação e amortização	-	(66)	(66)	(133)
Materiais	(981)	-	(981)	(64)
Arrendamentos e aluguéis	(373)	-	(373)	(278)
Outros	(4.594)	(25)	(4.619)	(87)
	<u>(14.964)</u>	<u>(921)</u>	<u>(15.885)</u>	<u>(2.818)</u>

(\*) A partir de novembro de 2018 a Companhia terceirizou todo o seu processo administrativo e técnico e, atualmente compartilha ou contrata recursos com a Controladora CTEEP por meio de contrato específico (nota 18).

#### 16 Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Receitas</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	97	222
Juros ativos	-	2
Variações monetárias	1	1
Outras	3	3
	<u>101</u>	<u>228</u>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre arrendamentos	1	(7)
Variações monetárias	(3)	(9)
Outras	(12)	(8)
	<u>(14)</u>	<u>(24)</u>
	<u>87</u>	<u>204</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evreco S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 17 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

#### (a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta de serviços	23.060	7.502
Receita bruta de demais serviços	-	228
Presunção IRPJ e CSLL 8%, 12% e 32%	2.018	682
Outras receitas	535	304
Base de cálculo	<u>2.553</u>	<u>986</u>
IRPJ e CSLL	(868)	(335)
Outros (*)	14	36
<b>Despesa com IRPJ e CSLL</b>	<b><u>(854)</u></b>	<b><u>(299)</u></b>
Corrente	(517)	(379)
Diferido	<u>(337)</u>	<u>80</u>
	<b><u>(854)</u></b>	<b><u>(299)</u></b>

#### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$1.867 (R\$1.529 em 2019) refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre as receitas da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1700/17 e 36 da Lei nº 12.973/14.

## Interligação Elétrica Evrecy S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2020	2019	2020	2019
		Passivo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal	CTEEP	81	44	(266)	(205)
Prestação de serviços	CTEEP	2.334	82	(2.924)	(923)
		<u>2.415</u>	<u>126</u>	<u>(3.190)</u>	<u>(1.128)</u>

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de partes relacionadas, no passivo circulante.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Companhia e a Controladora CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Companhia no edifício sede da Controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Companhia e de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e na gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Interligação Elétrica Evreco S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 19 Instrumentos financeiros

#### (a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Ativos financeiros</b>			
<b><u>Valor justo por meio do resultado</u></b>			
Aplicações financeiras	2	813	3.274
<b><u>Custo amortizado</u></b>			
Contas a receber – serviços de O&M		1.002	1.068
<b>Passivos financeiros</b>			
<b><u>Custo amortizado</u></b>			
Fornecedores	-	1.011	195
Arrendamento (*)	-		
Circulante		11	70
Não Circulante		87	-
Partes relacionadas		2.415	126

(\*) Em razão da Companhia possuir somente arrendamento a pagar, conforme quadro acima, não há outras informações suplementares do fluxo de caixa (Mudanças nos passivos de atividades de financiamento) a serem divulgadas, considerando os requerimentos do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

#### (b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Empresa podem ser assim identificados:

(i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.

(ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 14.2).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Evrecy S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

## 20 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	19/12/20 a 19/12/21	83.933	57
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/20 a 19/12/21	50.000(*)	-
			<u>57</u>

(a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(\*) A Companhia é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

\* \* \*



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Interligação Elétrica Evrecy S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Evrecy S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior  
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP